



Juízo Particular e Juízo Final

“Se já somos julgados no momento de nossa morte, para que serve o Juízo Final?”

Índice

SANTO PADRE

Fundamento e alma da
ação moral do cristão 04

PALAVRA DO PASTOR

Que fazem os bispos na
assembleia da CNBB? 06

VIDA DOS SANTOS

São Thomas More, a Liberdade
de Consciência e a Indissolubilidade
do Matrimônio 08

NOSSA SENHORA

Nossa Senhora do Carmo: uma
devoção mariana relacionada ao
Antigo Testamento 10

LITURGIA

Imaculado Coração de Maria:
Suplemento e união vital para
a contemplação do Sagrado
Coração de Jesus 12

PÁTIO DOS GENTIOS

Homem e mulher os criou 14

PERGUNTE AO CATEQUISTA

Juízo Particular e Juízo Final 18

VIA PULCHRITUDINIS

Crime e Castigo são duas faces
da mesma moeda 22



Fundamento e alma da ação moral do cristão

Fé, esperança e caridade fundamentam, animam e caracterizam a ação moral do cristão

Nas últimas audiências, refletimos sobre as virtudes cardeais: prudência, justiça, fortaleza e temperança. São estas as quatro virtudes cardeais. Como já salientamos várias vezes, estas quatro virtudes pertencem a uma sabedoria muito antiga, precedente ao cristianismo. Já antes de Cristo, a honestidade era preconizada como dever cívico, a sabedoria como regra das ações, a coragem como ingrediente fundamental para uma vida que tende para o bem, e a moderação como medida necessária para não se deixar dominar pelos excessos. Esta herança tão antiga, legado

da humanidade, não foi substituída pelo cristianismo, mas esclarecida, valorizada, purificada e integrada na fé.

Portanto, no coração de cada homem e mulher existe a capacidade de procurar o bem. **O Espírito Santo é concedido para que quantos o recebem possam distinguir claramente o bem do mal, ter a força de aderir ao bem evitando o mal e, agindo assim, alcançar a plena realização pessoal.**

Mas no caminho que todos percorremos rumo à plenitude da vida, que pertence ao destino de cada pessoa — o destino de cada pessoa é a plenitude, ser cheia de

vida — o cristão goza de uma ajuda especial do Espírito Santo, o Espírito de Jesus. Ela é implementada com o dom de outras três virtudes, distintamente cristãs, que nos escritos do Novo Testamento são frequentemente mencionadas juntas. **Estas atitudes fundamentais, que distinguem a vida do cristão, são três virtudes que agora diremos juntos: fé, esperança e caridade.**

Os escritores cristãos chamaram-lhes depressa virtudes “teológicas”, dado que são recebidas e vividas na relação com Deus, para as diferenciar das outras quatro virtudes chamadas “cardeais”, uma vez que constituem a “dobradiça” de uma vida boa. Estas três são recebidas no Batismo e derivam do Espírito Santo. Todas, tanto as teológicas quanto as cardeais, confrontadas em muitas reflexões sistemáticas, compuseram assim um maravilhoso septenário, que muitas vezes é oposto ao elenco dos sete vícios capitais.

É assim que o Catecismo da Igreja Católica define a ação das virtudes teológicas: *“Fundamentam, animam e caracterizam o agir moral do cristão. Informam e vivificam todas as virtudes morais. São infundidas por Deus na alma dos fiéis para os tornar capazes de proceder como filhos seus e assim merecerem a vida eterna. São o penhor da presença e da ação do Espírito Santo nas faculdades do ser humano”* (n. 1813).

Enquanto o risco das virtudes cardeais consiste em gerar homens e mulheres heroicos na prática do bem, mas em última análise sozinhos, isolados, o grande dom das virtudes teológicas é a existência vivida no Espírito Santo. O cristão nunca está sozinho. Pratica o bem não por um esforço titânico de empenhamento pessoal, mas porque, como discípulo humilde, caminha atrás do Mestre Jesus. Ele vai à frente ao longo do caminho. O cristão possui as virtudes teológicas que são o grande antídoto contra a autossuficiência.

Quantas vezes certos homens e mulheres moralmente irrepreensíveis correm o risco de se tornarem presunçosos e arrogantes aos olhos de quem os conhece! É um perigo contra o qual bem nos alerta o Evangelho, onde Jesus recomenda aos discípulos: **“Também vós, quando tiverdes feito tudo o que vos foi orde-**

nado, dizei: Somos servos inúteis, fizemos o que devíamos fazer” (Lc 17, 10). A soberba é um veneno, um veneno poderoso: basta uma gota para estragar toda uma vida marcada pelo bem. Uma pessoa pode ter praticado uma montanha de boas ações, pode ter recebido reconhecimentos e louvores, mas se fez tudo isto apenas para si própria, para se exaltar, ainda pode dizer-se uma pessoa virtuosa? Não!

O bem não é apenas um fim, mas também um modo. O bem precisa de muita discrição, de muita gentileza. O bem tem necessidade sobretudo de se despojar desta presença às vezes

demasiado incômoda que é o nosso “eu”. Quando o nosso “eu” está no centro de tudo, estraga tudo. Se cada ação que realizarmos na vida for apenas para nós próprios, é realmente tão importante esta motivação? O pobre “eu” apodera-se de tudo e assim nasce a soberba.

Para corrigir todas estas situações, que às vezes se tornam penosas, as virtudes teológicas são de grande ajuda. São-no sobretudo nos momentos de queda, pois às vezes até aqueles que têm bons propósitos morais caem. Na vida todos caímos, porque todos somos pecadores. Tal como até os que praticam diariamente

a virtude às vezes erram — todos erramos na vida — a inteligência nem sempre é lúcida, a vontade nem sempre é firme, as paixões nem sempre são governadas, a coragem nem sempre vence o medo. Mas se abrirmos o coração ao Espírito Santo — Mestre interior — Ele reaviva em nós as virtudes teológicas: assim, se perdemos a confiança, Deus reabre-nos à fé — com a força do Espírito; se estamos desanimados, Deus reabre-nos à fé; se estamos desencorajados Deus desperta em nós a esperança; e se o nosso coração está empedernido, Deus suaviza-o com o seu amor.

Papa Francisco

Texto originalmente publicado no L'Osservatore Romano, na edição de 25 de abril de 2024. Adaptado para o Informativo Nossa Senhora do Brasil por Alecsandro Araújo de Souza.



Que fazem os bispos na assembleia da CNBB?

A Igreja é servida e conduzida, em cada diocese, pelo seu bispo próprio, unido ao papa, e no Brasil inteiro, pelo conjunto dos bispos, unidos na Conferência Episcopal

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), seguindo uma praxe consolidada, realiza sua assembleia anual no período pascal. Desta vez, ela ocorreu em Aparecida, junto do Santuário da Padroeira do Brasil, de 10 a 19 de abril. Na pauta constaram abundantes momentos de oração, relatórios, prestações de contas, reflexões sobre a realidade da Igreja e do povo brasileiro, partilha fraterna entre os bispos e muito diálogo entre eles. Também sempre se faz um dia

de retiro espiritual, que, desta vez, foi pregado pelo **cardeal Pietro Parolin, secretário de Estado da Santa Sé.**

A Igreja Católica Apostólica Romana possui atualmente, no Brasil, **279 circunscrições eclesiais, entre dioceses, prelazias e eparquias de ritos católicos orientais, com 484 bispos, dos quais 317 estão em função e 167 são eméritos (aposentados).** Também participaram da assembleia cinco bispos de recente nomeação, ainda não ordenados,

além de alguns administradores diocesanos sacerdotes, que cuidam de dioceses vacantes, enquanto estas esperam a nomeação de seus bispos próprios.

O assunto principal da assembleia foram as atuais diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja, no contexto da realidade eclesial, cultural e social brasileira e à luz do sínodo universal, que ocorre em Roma, convocado pelo Papa Francisco. As diretrizes gerais da CNBB são discutidas a cada quatro anos, para receber novos enfoques sobre a vida e a ação da Igreja em nosso país. No essencial, contudo, as diretrizes orientam-se pela perene e sempre atual missão que Jesus conferiu aos apóstolos e seus sucessores: ***“Proclamar e testemunhar o Evangelho a toda criatura”*** (cf. Mc 16.15).

Outro tema saliente na pauta desta assembleia-geral da CNBB foi o sínodo sobre ***“a Igreja sinodal, em comunhão, participação e missão”***.

Embora ainda deva ocorrer a segunda parte da assembleia sinodal, em outubro deste ano, o episcopado já reflete sobre o significado e as implicações deste sínodo universal, que deverá contribuir muito para uma profunda renovação da Igreja a partir de dentro dela mesma. Como não poderia deixar de ser, também o Jubileu de 2025 será tema de reflexão e orientação durante a assembleia. A cada 25 anos, a Igreja é convocada pelo papa a celebrar um ano Santo, ou Jubileu, para dar graças a Deus e se renovar em sua vida e missão.

Como se trata da assembleia formal de um organismo, é compreensível que também haja a apresentação de relatórios e prestações de contas. Dedicar-se um bom espaço à reflexão sobre a situação social, política e religiosa do Brasil. De fato, os bispos exercem sua missão pastoral em contextos humanos concretos, que os desafiam, estimulam e angustiam no cumprimento de sua missão de pastores do povo de Deus. Em particular, a situação religiosa, à luz do mais recente Censo, está sendo atentamente analisada e refletida pelos bispos, ajudados por peritos e estudiosos dos fenômenos sociais, culturais e religiosos.

Cada bispo é o responsável imediato pela vida cristã e a missão eclesial em sua diocese. Ajudado pelo seu clero, religiosos e leigos, ele procura dar conta do anúncio do Evangelho, da condução do povo na fé, da celebração dos sacramentos e da animação da

caridade de todos para com todos, especialmente para com os pobres e mais necessitados. Porém eles não atuam de maneira isolada, sem estarem em comunhão com os demais bispos e com o papa.

O bispo é nomeado pelo papa, que confere legitimidade à sua condição de membro do “colégio episcopal” e lhe dá uma missão específica na Igreja. Além de cuidarem da própria diocese, os bispos também devem preocupar-se com o bem da Igreja inteira. As Conferências Episcopais, que são organismos colegiados do episcopado, estão a serviço da solicitude de cada bispo por sua igreja particular e por toda a Igreja. Por isso, a situação da vida do povo e a preocupação missionária estão sempre presentes nas assembleias da CNBB.

Um dos temas tratados nesta assembleia é o Pontifício Colégio Pio Brasileiro, de Roma.

Essa instituição, fundada pelo Papa Pio XI há 90 anos, está a serviço da Igreja no Brasil e oferece às dioceses a possibilidade de enviar padres para realizarem estudos eclesiais aprofundados nas Universidades Pontifícias de Roma. O benefício é da Igreja do Brasil inteiro. Há pouco mais de uma década, a direção e a manutenção deste colégio passaram à responsabilidade da CNBB. Tra-

ta-se de um esforço conjunto para beneficiar dioceses de todo o Brasil.

As Conferências Episcopais, sempre aprovadas e constituídas pelo papa, são uma forma concreta de exercício da colegialidade episcopal, quer em assuntos pastorais, quer em assuntos doutrinários. Elas são regidas pelo Direito Canônico e pelo estatuto próprio de cada uma, aprovado pela Santa Sé. **Em palavras breves, a Igreja Católica no Brasil é servida e conduzida, em cada diocese, pelo seu bispo próprio, unido ao papa, e no Brasil inteiro, pelo conjunto dos bispos, unidos na Conferência Episcopal.**

Dom Odilo Pedro Scherer, cardeal-arcebispo de São Paulo.

Texto originalmente publicado no jornal O Estado de São Paulo, na edição de 13 de abril de 2024. Adaptado para o Informativo Nossa Senhora do Brasil por Alecsandro Araújo de Souza.

São Thomas More

a Liberdade de Consciência e a Indissolubilidade do Matrimônio

“Se hoje a Igreja diz coisas que não agradam, é porque se sente obrigada a fazê-lo. Ela o faz por dever de lealdade”

(São João Paulo II)

No dia 22 de junho é celebrada a memória de dois mártires ingleses, Thomas More e João Fischer, mortos em virtude da defesa da fé e canonizados conjuntamente em 1935. Apesar de terem sucumbido ao arbítrio de Henrique VIII há 490 anos, a vida de ambos os santos traz ensinamentos verdadeiros atuais, sobretudo num contexto de debate acerca da liberdade de expressão e de relativismo moral.

Tendo em vista que o nosso *Informativo* é direcionado para fiéis leigos, membros do povo de Deus, deixa-se para uma outra oportunidade a reflexão sobre São João Fischer, o único bispo inglês a recusar o divórcio do rei e seu reconhecimento como cabeça da igreja da Inglaterra. Destaca-se que Fischer e More não foram os

únicos súditos que se negaram a proferir tal juramento; todavia, diante do prestígio que detinham perante a corte e com o próprio monarca, tornaram-se célebres exemplos de que mais vale perder a vida terrena a correr o risco de não contemplar a visão beatífica de Deus.

Nesse sentido, é preciso destacar que o martírio de São Thomas More não foi decorrência de um radicalismo escrupuloso ao decidir seguir a própria consciência em detrimento da posição de quase todos os notáveis do Reino, outrora seus amigos. Com efeito, o santo padroeiro dos políticos e governantes relata que analisou e estudou sua consciência de maneira diligente por longos anos, além de que, ao contrário do que diziam, não estava sozinho, pois assente em toda a cristandade.

More aceitou serenamente a adversidade e a pobreza e *“humildemente inquebrantável, prudentemente irreduzível, resistiu, com sacrifício da fortuna, dos cargos e da vida, aos desacertos do rei que servira sempre com lealdade”*. Não havia nada que, aos olhos do mundo, pudesse faltar ao então Lorde Chanceler, na medida em que era nobre, abastado, possuía boa fama e era verdadeira feliz com sua família.

Ao analisar o conjunto de suas cartas enviadas da prisão¹, verifica-se que se houvesse a possibilidade de realizar a vontade do rei sem contrariar a sua consciência o teria feito, uma vez que aceitou o martírio, sem, contudo, buscá-lo. Sob a perspectiva humana, é possível intuir os grandes dilemas pelos quais passou, uma vez que foi privado do convívio familiar e desagradou seu soberano, a quem tanto desejava o bem.

Todavia, detinha plena convicção de que tudo o que Deus permite acontecer é o melhor, tanto que escreveu a sua filha Margaret Roper que *“nada pode sobrevir, a não ser o que Deus quer. E eu estou bastante convencido de que, aconteça o que acontecer, ainda que aparentemente nunca tenha sido tão ruim, há de ser, com efeito, o melhor”*.

Ademais, afirma que jamais rogou a Deus que o tirasse da prisão ou livrasse da morte, pois é Ele quem sabe o que é melhor para todos. Hoje podemos observar, em retrospectiva, que as preces de More para que perseverasse na fé surtiram efeito, já que, ao ser injustamente levado à morte, foi recompensado com a chegada antecipada ao Céu.

Ao contrário do que muitos poderiam pensar, a firme decisão de More não carregava consigo contornos políticos de afrontar a autoridade de Henrique VIII e de convencer os outros a se afastarem do julgamento. Além de não tentar persuadir a quem quer que fosse, também não julgava que estivessem errados, porquanto poderiam pensar que Deus os perdoaria ao agirem por medo. Na verdade, dizia que *“nunca aconselhei ninguém a recusá-lo (...) mas deixei que cada um seguisse a sua própria consciência e creio de boa-fé que seria bastante razoável que cada um me deixasse seguir a minha”*.

De acordo com carta enviada por Thomas More a Nicholas Wilson: *“todo homem instruído sabe que há muitas coisas sobre as quais cada um é livre para pensar como desejar sem perigo de condenação”*. Entretanto, existem determinadas matérias que obrigam a todos os católicos, dentre elas a indissolubilidade do matrimônio,

sacramento infelizmente tão banalizado que, segundo as estatísticas, o divórcio tornou-se a regra no Brasil.

Ainda que os números sejam desfavoráveis, os rumos da sociedade atual demonstram que é urgente batalhar com afincos pelo matrimônio uno e indissolúvel, valor tão caro que Thomas More preferiu morrer a negar tamanha verdade de fé. Tais ensinamentos são facilmente identificados nas Sagradas Escrituras, cujo estudo e meditação revelam que o matrimônio necessariamente há de ser indissolúvel, na medida que constitui a base da família, que, por sua vez, é a base de uma sociedade saudável.

Convém esclarecer que o repúdio ao divórcio não é um fardo imposto pela Igreja, na medida que é a manifestação da caridade de Deus ao indicar concre-

tamente o caminho da felicidade. Veja-se, por exemplo, o profícuo casamento de Ruth e Ives Gandra Martins, que assim disse em recente entrevista: *“A minha maior alegria era vê-la feliz, então o que eu posso fazer é fazê-la feliz, se for só um dos dois pensando assim já é uma garantia de casamento estável. Agora, se os dois*

pensarem assim é um romance a vida inteira. Eu amei a minha esposa a vida inteira e ela me amou a vida inteira.”.

O Catecismo da Igreja Católica ensina que: *“O Matrimônio cristão se torna, por sua vez, sinal eficaz, sacramento da aliança de Cristo e da Igreja”* (n. 1.617). Dessa maneira, não à toa o divórcio de Henrique VIII com Catarina de Aragão significou a ruptura com a Igreja Católica e o primado papal, pois ao se corromper a base que edifica o corpo social, nenhuma estrutura permanece ileso, conforme sustenta Fulton Sheen ao citar Chesterton: *“O mundo admitiu tal exceção e a exceção virou regra. Deveriam saber, por certo, que o inimigo já nas fronteiras não oferece termos de compromisso, mas ameaça a destruição completa”*².

Roguemos a Deus para que sejamos fiéis mensageiros da Verdade, atuando para que as falsas doutrinas não privem as pessoas de reconhecerem o verdadeiro amor e que não sucumbam na fé perante as adversidades que o mundo apresenta.

São Thomas More, rogai por nós.

Referências:

¹Cartas da prisão, Minha Biblioteca Católica, 2022.

²Fulton Sheen, *Três para casar*, ed. Molokai.

Nossa Senhora do Carmo:

uma devoção mariana relacionada ao Antigo Testamento



Um frade dominicano explica a origem da Ordem do Carmo e o sentido espiritual do Escapulário

Quando se propõe a um frade dominicano falar a respeito de devoções de outras ordens mendicantes, se coloca um enorme desafio perante ele. É isso que você, caro leitor, está a testemunhar neste texto, mas, como bom dominicano que tento ser, buscarei dar meu melhor para falar sobre Maria Santíssima sob o título de Nossa Senhora do Carmo. Este título não está vinculado a nenhuma aparição, como aconteceu em Fátima (Portugal), Guadalupe (México) e Lourdes (França), mas surgiu a partir da devoção de um grupo específico.

No início do século XI, no tempo das Cruzadas, muitos soldados cristãos optaram por retirar-se ao Monte Carmelo – no norte da região da Palestina, atual Israel – para viver uma vida de oração, penitência e austeridade como eremitas. Tal lugar fora escolhido por eles por estar intimamente ligado com a vida de Elias, figura maior dentre os profetas do Antigo Testamento, que inclusive representa-os todos no episódio da Transfiguração de Jesus. No Carmelo, o profeta vence os profetas do – falso – deus fenício Baal, conforme se nos é relatado no 1º Livro dos Reis.

No entanto, a partir do século XIII¹, com a queda do reino cristão de Jerusalém e as diversas derrotas das Cruzadas, os muçulmanos passaram a perseguir os cristãos em toda Palestina, especialmente os vinculados aos lugares santos, como o Monte Carmelo. Por isso, os eremitas dali precisaram tomar uma decisão entre dois bens: o martírio ou levar adiante seu estilo de vida. Os que, a exemplo dos primeiros cristãos, optaram por testemunhar sua fé em Cristo com a vida, regaram com seu sangue a fé e os propósitos dos que optaram em conservar o carisma carmelita em outras terras, os quais migraram para a Europa, onde o papa Inocêncio IV adaptou a regra de Santo Alberto de Jerusalém – um dos primeiros eremitas carmelitas – às necessidades

da Igreja, sem perder a essência da vida carmelita, e os aprovou enquanto Ordem Mendicante em 1247, sob o título de Nossa Senhora do Carmo – aprovando oficialmente tal título, o qual já existia desde o crescimento da vida eremítica no Monte Carmelo, ainda que não oficialmente aprovado.

Ao longo dos séculos, a Ordem dos Carmelitas cresceu bastante, passando por reformas no século XVI pelas mãos de Santa Teresa D'Ávila e São João da Cruz, ambos doutores da Igreja. Junto com ela também cresceu a devoção a Nossa Senhora do Carmo, principalmente através do escapulário. E o que seria, de fato, o escapulário? Etimologicamente, a palavra significa “aquilo que se usa sobre a escápula (ombros)”. Na vida religiosa consagrada, algumas ordens e congregações têm o escapulário como parte integrante de seu hábito. Para nós, dominicanos, o seu significado é tanto sinal de trabalho, por ser como um avental que cobre toda frente e as costas da pessoa, quanto de proteção de Maria Santíssima, como uma couraça ou armadura, tanto que ele é abençoado por nossos superiores no dia de nossa primeira profissão – tornando-se, portanto, um sacramental. Para os carmelitas², também há o significado de proteção de Maria Santíssima, sendo estabelecido em 1251, após o superior geral dos carmelitas, São Simão Stock, rezar em 16 de julho a Nossa Senhora do Carmo pedindo para que a Ordem, que passava por uma profunda crise, não chegasse ao fim. Neste momento, a própria Mãe de Deus lhe apareceu, entregou o escapulário e prometeu sua materna proteção a todos que o utilizassem com devoção. Essa data, então, tornou-se a festa litúrgica de Nossa Senhora do Carmo.

Inicialmente, portanto, o uso do escapulário estava limitado aos membros da Ordem Carmelita (os frades, na Ordem Primeira, as monjas, na Ordem Segunda e os leigos e sacerdotes seculares, na Ordem Terceira), como parte integrante de seus respectivos hábitos. No entanto, foi-se ampliando a todos os membros da Igreja Católica e sofrendo alterações, especialmente em relação ao seu tamanho. Hoje, qualquer sacerdote pode fazer a imposição do escapulário a qualquer fiel, e esta pode ser feita apenas uma vez ao longo da vida do fiel, ainda que se precise trocar o objeto. Ela deve ser feita com o escapulário de pano, mesmo que depois se

vá utilizar um de metal. Se o seu escapulário se quebrar ou romper, basta adquirir um novo, solicitar a um padre que o abençoe e voltar a usá-lo normalmente, sem precisar de uma nova imposição. Também, o objeto, para aqueles que não fazem uso do hábito carmelita, é como uma corrente de pescoço contendo, em uma ponta, a imagem de Nossa Senhora do Carmo e, na outra, a de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Tal devoção está ligada, também, a alguns benefícios espirituais a quem o utiliza com devoção, e não como um amuleto ou por cega superstição³. O primeiro deles é a proteção de Maria Santíssima, tanto nesta vida

quanto no julgamento final, como ela própria prometeu a São Simão Stock. Depois, ela prometeu abreviar o tempo de purgatório aos que o utilizassem, no que chamamos de Privilegio Sabatino, ou seja, no sábado seguinte à morte do que usa o escapulário, ele será liberto do purgatório. É evidente que esta é uma linguagem simbólica, porque na eternidade (céu, purgatório e inferno) não há contagem de tempo, por isso o “tempo”

que passamos no purgatório é suficiente apenas para sermos libertos das penas temporais de nossos pecados, ou até que se nos lucrem indulgências suficientes para nossa alma. Também há indulgências parciais para os que o usam diariamente, e plenárias para os que o impõem na festa de Nossa Senhora do Carmo (16/07), de São Simão Stock (16/05), de Santo Elias (20/07), de Santa Teresinha (01/10), de Santa Teresa D'Ávila (15/10), de todos os santos carmelitas (14/11) e de São João da Cruz (14/12).

Se você ainda não recebeu a imposição do santo Escapulário, procure recebê-la na Paróquia, no próximo dia 16 de julho. Nossa Senhora do Carmo, Flor do Carmelo, rogai por nós!

Frei Gregório-Henrique Pinho Chiozzotto, OP

Referências:

¹“Origem do Carmelo”, site do Carmelo Cristo Redentor (São José – SC). Disponível em: <<https://carmelocristoredentor.org.br/nossa-historia/origem-do-carmelo/>>.

²Fr. Edimar Fernando Moreira, O. Carm, “Escapulário de Nossa Senhora do Carmo: Uma reflexão pastoral e espiritual”. Disponível em: <<https://carmelitas.org.br/escapulario-de-nossa-senhora/>>.

³Uma monja carmelita, “O Escapulário de Nossa Senhora do Carmo”. Disponível em: <https://padrepauloricardo.org/blog/o-escapulario-de-nossa-senhora-do-carmo?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwir2xBhC_ARIsAMTXk87pFNpgsV5B-fuqHFBeyB6sDANBojyF5aIUaQd-13yi8U0pOZrGwskaAugMEALw_wcB>.

Imaculado Coração de Maria:

Suplemento e união vital para a contemplação do Sagrado Coração de Jesus

A devoção ao Imaculado Coração de Maria, plenamente entregue no amor a Deus, nos ensina a contemplar mais perfeitamente o Sagrado Coração de Jesus

No mês de junho, a Igreja celebra a solenidade do Sagrado Coração de Jesus e a memória do Imaculado Coração de Maria, importantes devoções com um sentido de confluência de significado e unidade espiritual.

A solenidade do Sagrado Coração de Jesus é celebrada na sexta-feira após a solenidade de Corpus Christi. Este piedoso culto remonta a tempos antigos, e Pio XII¹ identificou na tradição da igreja alguns baluartes que auxiliaram a sua difusão: São Boaventura, Santo Alberto Magno, Santa Gertrudes, Santa Catarina de Sena, o Beato Henrique Suso, São Pedro Canísio e São Francisco de Sales.

A São João Eudes deve-se o primeiro ofício litúrgico em honra do sagrado coração de Jesus, cuja festa se celebrou pela primeira vez em 1672, na França. Já no ano seguinte, em 27 de dezembro de 1673, durante uma exposição ao Santíssimo Sacramento, a religiosa e freira pertencente à Ordem da Visitação, Santa Maria Margarida Alacoque, teve revelações privadas em que Nosso Senhor Jesus Cristo pediu-lhe que divulgasse a devoção a seu Sagrado Coração.

O contexto histórico da revelação à humilde monja indicava um período da sociedade ocidental de fortíssima onda contestatória da fé cristã, baseada em visão cientificista de descrença, severidade e distância da verdade revelada. Cristo já não era mais o centro dos corações. Mostrando o seu Coração transpassado pela espada, Jesus Cristo disse a Santa Margarida: “Eis o coração que tanto tem amado os homens e que em recompensa não recebe, da maior parte deles, senão ingratidões, nas irreverências e sacrilégios, friezas e desprezos que têm por mim nesse sacramento do Amor.”. E continuou dizendo: “Prometo, pela minha excessiva misericórdia, a todos que comungarem nas primeiras sextas de nove meses consecutivos, a graça da peni-



tência final. Estes não morrerão em minha inimizade, mesmo sem receberem os sacramentos. O meu Sagrado Coração lhes será refúgio seguro nessa última hora”².

Ora, o Senhor quer ostentar seu Coração ferido e transpassado, porque Ele, sendo Deus eterno, quis nos amar com coração humano. O Papa Leão XIII nos auxilia a compreender a simbologia do seu sacratíssimo Coração: “é ínsita no Sagrado Coração a qualidade de ser símbolo e imagem expressiva da infinita caridade de Jesus Cristo que nos incita a retribuir-lhe o Amor por Amor”³. Assim, quanto mais O amarmos, mais conheceremos a Jesus Cristo.

Ele, que é o Amor encarnado, vem nos mendigar, como um pedinte que deseja a esmola do nosso amor, tão falho, fraco e cheio de imperfeições. Contudo, o nosso coração já odiou tantas pessoas é tão mesquinho, ranco-roso, conserva mágoas e exige muito dos outros e pouco de si mesmo. Em síntese, o coração humano é duro e não se abre ao conhecimento profundo de sua interioridade.

E o que damos a este pedido senão a frieza e a indiferença? Assim como fez Esaú, que desprezou o direito à progenitura por um prato de lentilhas, nós trocamos o coração de Cristo pelo coração dos homens.

Todos os dons sagrados que derivam do coração de Cristo e do seu sacrifício na Cruz parecem-nos insuficientes. O ápice da entrega à morte do filho de Deus parece não ter valia, na medida em que se troca o tudo de Deus pelo nada dos homens, ou seja, buscamos reclinar o nosso coração na realidade finita dos homens e dos assuntos humanos, que jamais preencherão a nossa sede pelas coisas do alto.

Somos convidados a fazer como o discípulo amado, “que durante a ceia reclinara a cabeça sobre o peito de Jesus” (Jo 21, 20). Somente assim conseguiremos contemplar o mistério da infinita caridade do Verbo encarnado. Mas como nós podemos viver de forma perfeita esta devoção, se o nosso coração é pecador e profundamente egoísta?

O grande remédio para a cura desta deficiência insanável é o Imaculado Coração de Maria, cuja memória litúrgica é celebrada no sábado seguinte à solenidade do Sagrado Coração de Jesus. A devoção remonta à antiga tradição da Igreja segundo a qual Maria, mestra de vida espiritual, é a mulher que guarda e reflete tudo em seu coração (Lc 2, 19-51).

Entretanto, esta devoção mariana ganha força nas aparições de Nossa Senhora em Fátima. Em 13

de junho de 1917, a Virgem Maria diz a Lúcia, um dos pastorinhos: “Ele (Jesus) quer estabelecer no mundo a devoção ao meu Imaculado Coração”.

O Coração Imaculado de Maria não se limita à ausência de pecado, mas é explosão de caridade e amor por Deus. Trata-se de coração desimpedido, que nunca encontrou ódio ou egoísmo, mas antes é o Coração contemplativo e extasiado no amor de Cristo.

O recurso ao coração da Virgem é suplemento vital para amarmos mais a Cristo. São Luís Maria Grignon de Montfort⁴ suplica este auxílio: “Que eu não tenha outro espírito, senão o vosso, para conhecer a Jesus Cristo e a sua divina vontade. Que eu não tenha outro coração, senão o vosso Imaculado Coração, para amar a Deus com amor puro e ardente como o vosso”.

O Coração de Maria está intimamente unido ao de Jesus. Na primeira aparição do anjo em Fátima, foi dito: “Orai assim. Os Corações de Jesus e Maria estão

atentos à voz das vossas súplicas”. Desde o início, o Coração de Maria é apresentado unido ao Coração de Jesus. Já na segunda aparição, os dois corações voltam a estar unidos: “Os Corações de Jesus e Maria têm sobre vós desígnios de misericórdia”⁵.

Por meio do amor à Virgem, podemos amar a Cristo de forma mais perfeita. Se a alma estiver unida à alma de Maria,

ela encherá o ser de Jesus Cristo. Assim como o ser dela transborda Jesus Cristo, ela encherá nossa memória da lembrança de Deus. Ela nos conduzirá à contemplação divina para a qual todos somos chamados. Que Maria, mestra de vida espiritual, interceda e nos conduza à contemplação de Jesus Cristo.

Fernando Augusto Frank de Almeida Alves

Referências:

¹Encíclica Haurietis Aquas “sobre o culto do Sagrado Coração de Jesus”, de 15 de maio de 1956. Disponível em <https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_15051956_haurietis-aquas.html>.

²<https://arquisp.org.br/liturgia/santo-do-dia/sagrado-coracao-de-jesus-0>.

³Encíclica Annum Sacrum “sobre a consagração ao Sagrado Coração”, de 25 de maio de 1899. Disponível em <https://www.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_25051899_annum-sacrum.html>.

⁴São Luís Maria Grignon de Montfort, O Segredo de Maria, São Paulo, Paulus, 2018.

⁵Angela de Fátima Coelho, Dentro da Luz: um itinerário para compreender a mensagem de Fátima, São Paulo, Paulus, 2022.



Homem e mulher os criou

“Nem todos são capazes de compreender essa palavra, mas só aquele a quem é concedido” (Mt 19,10)

A coluna *Pátio dos Gentios*, inspira-se no “*Cortile dei Gentili*”, organizado pelo Dicastério para a Cultura e a Educação do Cardeal Gianfranco Ravasi para criar um espaço de encontro e diálogo entre os crentes e os não crentes. Um lugar para reunir e discutir as principais questões e desafios que afetam a sociedade moderna. Um contínuo dueto – e não duelo – entre vozes das culturas seculares e católicas. Uma rede de pessoas que, num espírito de abertura e aceitação do outro, trabalham para superar a desconfiança entre dois mundos aparentemente inconciliáveis. Bem-vindos ao “Pátio dos Gentios”.



Do relato simbólico da criação do homem e da mulher, a Sagrada Escritura no livro do Gênesis registra a nossa origem no sexto dia da criação dos céus e da terra, com palavras que tocam o nosso coração: *“Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus Ele o criou; homem e mulher Ele os criou. Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a; dominai sobre os peixes do mar, as aves dos céus e todos os animais que rastejam sobre a terra”* (Gn 1, 27-28). E conclui: *“Deus viu tudo o que tinha feito: e tudo era muito bom”* (v. 31).

Interessante notar que a ordem de Deus traz uma clara marca de sujeição e de dominação – mas apenas com relação aos elementos não humanos da criação, e não para com o próprio ser humano.¹ “No homem, **Deus entra na sua criação**: cada ser humano é imagem de Deus, e leva em si o sopro de Deus. **Esta é a razão mais profunda para a inviolabilidade da dignidade humana, sobre a qual se funda, em última análise, cada civilização**”².

“Não é bom que o homem esteja só” (Gn 2, 18), nos dirá o texto sagrado após a criação do céu e da terra. Ao modelar o homem e a mulher no sexto dia, Deus nos colocou num jardim para **cultivar e guardar** a obra da criação divina – e, ainda, para uma missão especialíssima a qual somos chamados a viver, material e espiritualmente: *“deixará o homem a seu pai e a sua mãe, e unir-se-á à sua mulher, e serão uma só carne”* (Gn 2, 24). O próprio Jesus Cristo depois retomará: “De modo que já não são dois, mas uma só carne. **Portanto, o que Deus uniu, o homem não deve separar**” (Mt 19, 6).

No relato bíblico, comenta o cardeal Gianfranco Ravasi³, desde a Criação, o homem é **“substancialmente um ser em relação”**: o processo integral da humanização de Adão, de fato, realiza-se *“no olhar nos olhos de um ser que é diferente de si mesmo e, ao mesmo tempo, faz parte dele”*. Na descoberta do “olhar nos olhos” de outro ser chamado à imagem de Deus, a humanidade espelha o seu Criador, dando origem à família humana por meio do amor conjugal, aberto a dar e receber à vida.

E essa característica relacional da existência humana está presente mesmo nos que vivem o celibato apostólico: a vida do cristão deve ser sempre uma **vida fecunda** e o seu coração deve estar sempre aberto para dar e receber⁴, pois **a vida matrimonial e a vida consagrada têm uma só substância: dar a vida**.

Diante desta belíssima realidade humana e divina – *a união entre um homem e uma mulher* – querida por Deus desde a eternidade, cabe a nós hoje realizar um profundo exame de consciência diante deste mistério da vida humana, e, a partir destas leituras da Sagrada Escritura, tirar consequências práticas para nossa vivência destas leis inscritas em nossa natureza por Deus, as quais devemos “**observar com inteligência e amor**”⁵.

Podemos partir para esse exame importante e necessário ecoando o salmista, admirado com a majestade de Deus e a dignidade do homem: “*quando eu contemplo teus céus, a obra de teus dedos, a lua e as estrelas, que assentaste no lugar... O que é o homem frágil, para que dele te lembres? E o que é o filho do homem mortal, para que nele atentes? No entanto, Tu o fizeste somente um pouco menos que os anjos, e o coroaste com uma alma e um esplendor*” (Sl 8, 4-6).

Perante a maravilha da criação, o Salmo 139 se expressa de maneira poética, “visualizando” as mãos de Deus a nos modelar e expressando assim uma verdade que a própria ciência, séculos depois, viria a reconhecer: “*Quando eu era modelado, em segredo, tecido na terra mais profunda, teus olhos viam o meu embrião. No teu livro estão todos inscritos os dias que foram fixados e cada um deles nele figura*” (vv. 15-16), pois “*Tu me teceste no seio materno*” (v. 13). Pelo profeta Jeremias, Deus nos garante: “*Antes mesmo de te modelar no ventre materno, eu te conheci; antes que saíesses do seio, Eu te consagrei. Eu te constituí profeta para as nações*” (Jr 1, 4-5).

Aprofundando esta ideia, São Paulo designa primeiro o amor de Deus por nós e, depois, o chamado à santidade: “**Bendito seja Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que nos abençoou com toda a sorte de bênçãos espirituais, nos céus, em Cristo. Nele nos escolheu antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis, diante dele no amor**” (Ef 1, 3-4). Antes

da fundação do mundo, antes da criação do Céu e da terra, Deus já nos tinha escolhido desde toda a eternidade.

A verdade revelada pelos textos sagrados pode também ser intuída por algumas experiências da ordem natural. O escritor judeu Joseph Roth (1894-1939), sobrevivente dos horrores da Primeira Guerra, nos fornece um comovente testemunho da sensação que teve ao experimentar a paternidade, “a vida em seus braços”⁶:

“No instante em que pude tomar meu filho nos braços, senti um vago reflexo daquela felicidade sublime e inefável que deve ter preenchido o Criador no sexto dia, quando ele viu sua obra imperfeita, porém concluída.

Enquanto eu segurava essa pequena coisa, roxa e feia, em meus braços, senti claramente que estava acontecendo uma mudança em mim; e por menor que fosse a coisa em meus braços, feia e avermelhada, ela emanava uma força invencível que me recriava”.

Neste contexto, me agrada imaginar que o Santo Padre, São Paulo VI, durante o período que antecedeu a publicação da *Carta Encíclica Humanae Vitae*, em 1968, sob fortes pressões da sociedade e também de dentro da Igreja, **tenha meditado e rezado sobre esses textos sagrados, ante de reafirmar uma vez mais o ensinamento perene sobre a ilicitude de todos os métodos anticoncepcionais artificiais**:

“A Igreja ensina que qualquer ato matrimonial deve permanecer aberto à transmissão da vida... Esta doutrina, muitas vezes exposta pelo Magistério,

está fundada sobre a conexão inseparável que Deus quis e que o homem não pode alterar por sua iniciativa, entre os dois significados do ato conjugal: **o significado unitivo e o significado procriador**”⁷.

O Papa se referia àquele momento na vida comum dos cônjuges em que ambos, unindo-se no ato conjugal, se tornam, segundo a expressão bíblica, “uma só carne” (Gn 2, 24). O Papa Paulo VI assim se exprime: “*pela estrutura íntima, o ato conjugal, ao mesmo tempo que une profundamente os esposos, torna-os aptos para a geração de novas vidas, segundo leis inscritas no próprio ser do homem e da mulher*”⁸.

Quatro dias após a publicação da Carta Encíclica *Humanae Vitae*, o bispo montanhês Albino Luciani – **que uma década depois viria a ser “o Papa do Sorriso”,**

sucessor de São Paulo VI, com um curto pontificado de 33 dias –, e que havia previamente manifestado dúvidas sobre a questão, escrevia ao rebanho a si confiado em Vittorio Veneto, demonstrando plena compreensão e adesão ao Magistério recém proclamado:

“As recentes descobertas científicas, a evolução social da nossa época, a acrescida exigência de uma ‘Paternidade Responsável’, a necessidade de harmonizar essa ‘Paternidade Responsável’ com as exigências do amor conjugal..., todas essas coisas devem estar bem presentes, mas não podem nem exigem uma doutrina nova a seu respeito. A doutrina de sempre, apresentada no marco de novas ideias estimulantes e positivas sobre o matrimônio e sobre o amor conjugal, garante melhor o verdadeiro bem do homem e da família”.

O Papa, consciente da impopularidade da doutrina da Igreja neste ponto, sabia, sem dúvidas, que causaria amargura a muitos com a sua decisão. Sabia também, que uma decisão diferente com relação aos métodos anticoncepcionais provavelmente lhe teria granjeado aplausos humanos; mas, como comenta Albino Luciani, São Paulo VI *“põe toda a sua confiança em Deus e, para ser fiel à Sua palavra, volta a propor os constantes ensinamentos do magistério, em toda a sua pureza, numa matéria tão delicada”*¹⁰.

No entanto, outros problemas morais não tardariam a ser suscitados (e continuarão ainda a sê-lo) pelo crescente progresso científico, particularmente em conexão com as questões de bioética – aos quais, obviamente, a Igreja não deixa de responder. Afinal, a Igreja Católica tem o dever de declarar-se sobre os pontos em que os avanços técnico-científicos propõem práticas incompatíveis com a verdade revelada e contrárias à *sã doutrina*, sobretudo quando elementos do *“ensinamento moral da Igreja Católica podem parecer particularmente expostos ao erro, à ambiguidade ou ao esquecimento”*, como tão bem expressou o Papa São João Paulo II, na Carta Encíclica *Veritatis Splendor*.

Não há dúvidas: cada época implica situações graves para o agir moral e exige respostas para as questões fundamentais de nossa vida pessoal e social e, em particular, para a nossa vida conjugal, aberta a dar e a receber a vida. No entanto, os novos contextos “não

pedem nem exigem uma *doutrina* nova a seu respeito”. Reclamam, outrossim, de nós, católicos, criatividade para buscar soluções e a compreensão do casal, para responder com generosidade, responsabilidade, inteligência e amor, ao projeto de Deus para a fecundidade humana.

O Papa Paulo VI, na *Humanae Vitae*, faz um apelo aos homens da ciência, aos médicos e ao pessoal sanitário, aos sacerdotes e Bispos, enviando a cada um uma mensagem específica – e de modo particular, aos esposos cristãos:

*“Não pretendemos, evidentemente, esconder as dificuldades, por vezes graves, inerentes à vida dos cônjuges cristãos: para eles, como para todos, de resto, ‘é estreita a porta e apertado o caminho que conduz à vida’. [...] Implorem com oração perseverante o auxílio divino; abeirem-se, sobretudo pela Santíssima Eucaristia, da fonte de graça e da caridade. E se, porventura, o pecado vier a vencê-los, não desanimem, mas recorram com perseverança humilde à misericórdia divina, que é outorgada no sacramento da Penitência”*¹¹.

São com essas palavras de São Paulo VI que também eu desejo a todos que lerem essas linhas possam recorrer, em especial, diante das necessidades graves que os casais incorrem, à oração, à Santíssima Eucaristia e ao Sacramento da Penitência, escola de nossa fé.

Que a Santíssima Virgem Maria, Nossa Mãe e Mãe de Deus, interceda por nós junto ao nosso Senhor Jesus Cristo para que possamos compreender as palavras de Deus, o amor conjugal que une um homem e uma mulher “numa só carne”, abertos a dar e a receber a vida, e vida em abundância, fecunda.

Alecsandro Araújo de Souza

Referências:

¹Rabino Menahem Mendel Diesenbruck, *Sermões*.

²Joseph Ratzinger, *No Princípio Deus Criou o Céu e a Terra*.

³Lectio Magistralis “A bênção da fertilidade humana no mistério da criação”, realizada na Universidade Católica de Roma, em 23 de novembro de 2018.

⁴Papa Francisco, *Homilia de 19/12/2017*, disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/papa-francisco/missa-santa-marta/2017-12/papa--o-coracao-deve-ser-fecundo--nao-e-peca-de-museu.html>>.

⁵S. Paulo VI, *Carta Encíclica Humanae Vitae*, n. 31.

⁶*A cripta dos capuchinhos*, 1938.

⁷São Paulo VI, *Carta Encíclica Humanae Vitae*, nn. 11-12.

⁸*Idem, ibidem*.

⁹Andrea Tornielli e Alessandro Zangrando, *João Paulo I, o Papa Sorriso*.

¹⁰*Idem, ibidem*.

¹¹São Paulo VI, *Carta Encíclica Humanae Vitae*, n. 12





Juízo Particular e Juízo Final

“Se já somos julgados no momento de nossa morte, para que serve o Juízo Final?”

Sejam muito bem-vindos à coluna “Pergunte ao Catequista”, em que responderemos a dúvidas sobre a Fé ou a Igreja enviadas por vocês, paroquianos. A pergunta de hoje é: “Se já somos julgados no momento de nossa morte, para que serve o Juízo Final?”

Para esclarecê-la, vale retomarmos primeiro a diferença dos conceitos entre o juízo particular e o Juízo Final, pois, apesar de aparentarem ser a mesma coisa, são na verdade realidades diferentes.

O juízo particular

O *juízo particular* é o julgamento individual que cada pessoa terá após morrer, “em função de suas obras e de sua fé” (*Catecismo*, n. 1021). Este julgamento, que ocorre imediatamente após a morte, separação entre o corpo e a alma, já delinea de forma definitiva o destino daquele indivíduo: ou ele será eternamente condenado ou será eternamente salvo. Aqui vale ressaltar que, por mais que Deus seja infinita misericórdia, o *tempo* da misericórdia é o de nossa vida terrena; após morrermos, não há mais

espaço para arrependimento ou pedido de perdão. Tudo o que fizemos será julgado “sobre o amor” e então nosso destino será selado para sempre.

Para as almas eternamente condenadas, seu destino final é o Inferno. O *Inferno* não é algo querido por Deus ou sequer criado por Ele – assim como o pecado, esta é uma realidade *permitida* por Deus, mas *inventada* primeiramente pelos anjos rebeldes ao se rebelarem contra seu Criador. Deus, sendo infinita bondade, não obriga aqueles que O rejeitam a permanecer com Ele. Sendo assim, o Inferno nada mais é do que “um estado de auto exclusão definitiva da comunhão com Deus e com os bem-aventurados” (*Catecismo*, n. 1034).

Já as almas salvas, contudo, podem percorrer dois diferentes “caminhos”. O primeiro deles, reservado às almas que já estão purificadas de seus pecados, é o de ir diretamente ao Céu. É lá que teremos a plena comunhão com a Santíssima Trindade, com a Virgem Maria e todos os outros bem-aventurados. Também no céu poderemos contemplar Deus em sua glória celeste, o que chamamos de *visão beatífica*, fonte de infinita felicidade. Nas palavras do Apóstolo, será “algo que os olhos jamais viram, nem os ouvidos ouviram, nem coração algum jamais pressentiu” (1Cor 2,9).

O segundo caminho, reservado àqueles que morreram em amizade com Deus – também conhecido como *estado de graça* –, mas que não pagaram em vida as penas de seus pecados por meio de penitências, é o do *Purgatório*. É aqui que, “embora tenham garantida sua salvação eterna, passam, após sua morte, por uma purificação, a fim de obter a santidade necessária para entrar na alegria do céu” (*Catecismo*, n. 1030). Essa realidade é necessária, pois sombra alguma de pecado pode estar em comunhão com a Santíssima Trindade, motivo pelo qual é necessário que sejam todos purgados previamente antes de irem ao Paraíso.

Observe que o sentido de nossas vidas se dá, paradoxalmente, tendo sempre em mente o momento de nossa morte. Sabendo que nossa vida terrena é “pó e ao pó há de voltar” (Gn 3,19), precisamos estar preparados a todo o tempo para enfrentar o seu fim – pois, como diria Santo Afonso Maria Ligório, “a morte é certa; seu momento é incerto”. Daqui é que surge a necessidade da formação de uma boa consciência para direcionarmos

nossos pensamentos e ações a tudo aquilo que é Bom, Belo e Verdadeiro e a que nos aproxime de Deus. Nesse sentido, as melhores ferramentas que temos para garantirmos estarmos indo na direção correta são o exame de consciência diário e as confissões frequentes.

O Juízo Final

Onde então o Juízo Final entra na história? Ao lermos sobre o juízo particular pode parecer-nos que nele já há tudo o que é necessário saber sobre a Vida após a morte. Entretanto, para que seja plenamente perfeita a justiça divina, é necessário ter um último julgamento no fim dos tempos. Isso se deve a quatro razões diferentes, que iremos ver abaixo.

Ressurreição dos corpos

A natureza dos homens, diferentemente da dos anjos e outros seres celestiais, abrange corpo e alma: em nossa vida terrena, agimos e operamos tanto através de nossa realidade imaterial quanto de nossa realidade material. Sendo assim, faz parte da justiça de Deus que nossos corpos sigam o mesmo destino de nossa alma. Portanto, para que possamos viver a eternidade segundo nossa natureza – corpo e alma – seremos primeiramente ressuscitados para então sermos apresentados a Jesus Cristo juiz: “a santíssima Igreja romana crê e confessa firmemente que, no dia do juízo, todos os homens comparecerão com seu próprio corpo diante do tribunal de Cristo para prestar contas de seus próprios atos” (*Catecismo*, n. 1059). Com isso, no Juízo Final, “todos os que estão no túmulo ouvirão sua voz, e sairão. Aqueles que fizeram o bem ressuscitarão para a vida; e aqueles que praticaram o mal, ressuscitarão para a condenação” (Jo 5,28-29).

Julgamento das consequências de nossos atos

“O que fazemos em vida ecoa na eternidade”. Podemos utilizar esta frase de Marco Aurélio, popularizada por Russel Crowe no filme *Gladiador*, para tentar entender o próximo motivo pelo qual é preciso que haja um julgamento final. Enquanto em nosso julgamento particular somos julgados por nossas “obras e fé”, quando a história do

mundo estiver completa iremos também ser julgados pelas *consequências* de nossos atos. O rastro bom ou mau que tivermos deixado para além de nossas vidas também será levado a juízo: “O juízo final há de revelar, até as últimas consequências, o que alguém tiver feito de bem ou deixado de fazer durante a vida terrestre” (*Catecismo*, n. 1039).

Para exemplificar, vejamos o caso de um filósofo que tenha sido autor de uma ideologia nociva às almas. Por mais que ele já tenha morrido há muito tempo, suas ideias podem continuar a influenciar inúmeras pessoas. As pessoas que ele segue influenciando são as consequências dos atos que ele fez em vida e esses atos serão julgados também no dia do Juízo Final. Da mesma forma, as boas ideias de um bom pensador, que conduziram gerações ao céu, também serão motivos de glória ainda maior quando esse dia chegar.

Entretanto, não somente pessoas “influentes” terão suas ações levadas a juízo. Um exemplo comum, apesar de não ser o único, que podemos mencionar é o da *maledicência*. No caso desse pecado, é incalculável para nós o mal que ele pode fazer conforme é espalhado por mais e mais pessoas e que poderia ser evitado se nós não o tivéssemos cometido em primeiro lugar. Similarmente, o caso de um pai que, quando criança não foi educado na fé, mas se converteu e desde cedo se propõe a passar valores e virtudes a seus filhos, pode muito bem ser o princípio de várias gerações santas. Também essas consequências serão levadas a juízo e aumentarão sua glória.

Reabilitação das reputações

Como seres humanos, especialmente depois do pecado original, somos sujeitos ao erro e à manipulação. Não é de se estranhar, portanto, que ao longo da história cometêssemos infinitos erros com relação ao caráter das pessoas, fazendo-as morrer com uma imerecida má fama. Em contraposição, também são muitos aqueles que vivem uma vida depravada, cheia de maus exemplos e escândalos, mas que mesmo assim seguem sendo falsamente reconhecidos como pessoas virtuosas após a morte. Nos dois casos o dia do Juízo Final haverá de reabilitar as reputações de cada um conforme a verdade de sua conduta: “Serão então revelados a conduta de cada um e o segredo dos corações” (*Catecismo*, n. 678) e “Diante de Cristo – que é a Verdade – será definitivamente desvendada a verdade

sobre a relação de cada homem com Deus” (*Catecismo*, n. 1039). Os justos difamados serão então publicamente reconhecidos como bons e os injustos admirados receberão publicamente a merecida vergonha e ignomínia.

Bondade da Providência

Por mais que possamos ser católicos fiéis, confiantes na Divina Providência e confortados pela paternidade divina, não infrequentemente nos pegamos perguntando o porquê de algumas coisas acontecerem. “Como pode Deus permitir que aquela criança tenha uma doença tão horrível? Por que Deus deixa que ideologias tão maléficas triunfem nas mais diversas nações? Como é possível que as pessoas

más não recebam punição nenhuma por todos os males que causam”? Sem dúvida essas questões já passaram pela cabeça de todos em algum momento e a verdade é que, de fato, nunca temos uma resposta concreta para dar a não ser a da Fé.

No dia do Juízo Final, contudo, todas essas dúvidas serão esclarecidas. Este será o dia em que veremos como a bondosa mão do Senhor guiava todos os nossos passos e permitia até as coisas mais aparentemente nefastas unicamente para o nosso bem. Tudo aquilo que nos confunde, tenta a nossa fé e nos desmotiva

ficará transparente à Verdade de Deus. Ali, “conheceremos o sentido último de toda a obra da criação e de toda a economia da salvação, compreenderemos os caminhos admiráveis pelos quais sua providência terá conduzido tudo para seu fim último. O juízo final revelará que a justiça de Deus triunfa de todas as injustiças cometidas por suas criaturas e que seu amor é mais forte que a morte” (*Catecismo*, n. 1040).

Conclusão

Por fim, podemos resumir a razão do Juízo Final como uma forma de Deus consolar os bons e aterrar os maus. Neste momento, não apenas terá sido concluída a justiça sob nossas vidas, mas sim a justiça total de toda a humanidade. Vivamos uma vida que nos permita apresentarmo-nos diante do Senhor com consciência limpa e prontos para ouvir suas doces palavras de que “meu jugo é suave e meu peso é leve” (Mt 11,30)!

Luiz Alberto Pereira Americano

Crime e Castigo são duas faces da mesma moeda

Os sofrimentos que decorrem do pecado não são penas impostas por Deus desde fora, como uma espécie de vingança – antes, são consequência intrínseca dos abusos de nossa liberdade.

Bento XVI costuma ser contado entre os maiores intelectuais do século XX e da história da Igreja, por sua erudição, clareza e penetração – e no entanto ele tinha a firme convicção de que, para atrair as pessoas à verdade de Cristo, a melhor estratégia não era a persuasão estritamente racional:

“A única apologia verdadeiramente eficaz para o cristianismo vem de dois argumentos: os santos que a Igreja produziu e a arte que se desenvolveu em seu seio. Melhor testemunho é dado ao Senhor pelo esplendor da santidade e da arte que surgiram na comunidade dos fiéis do que pelos raciocínios sagazes que a apologética inventou para justificar as manchas que, tristemente, são tão frequentes na história humana da Igreja”¹.

Este tipo de *apostolado da beleza* é muito forte especialmente nos Estados Unidos. O trabalho do *Word on Fire Institute* de Dom Robert Barron consiste basicamente em “encontrar Deus na cultura”, desde *Les Misérables* até Bob Dylan, e livros como *Seeds of the Word* (“Sementes do Verbo”) ou *Popcorn with the Pope* (“Pipoca com o Papa”) foram lançados exatamente para trazer comentários católicos a livros e filmes de sucesso. Há também católicos leigos que conduzem labores primorosos nessa área: Anthony Esolen com seu portal *Word & Song* e seus comentários semanais a músicas

populares, hinos de igreja e filmes; e as séries *Great Literature in a Nutshell* (“Grandes livros numa casca de noz”) e *Notes in a Nutshell* (“Notas musicais numa casca de noz”), em que Joseph Pearce e Julian Kwasniewski comentam clássicos da literatura e da música erudita.

Inspirados nisso, decidimos iniciar também neste nosso *Informativo Nossa Senhora do Brasil* uma série dedicada ao “caminho da beleza” (*Via Pulchritudinis*), onde possamos apresentar grandes obras do patrimônio espiritual da humanidade à luz da fé.

Inaugurando esta série, comentamos hoje o romance *Crime e Castigo*, do russo Fiódor Dostoiévski (1821-1881). A trama gira em torno de Rodion Romanovitch Raskolnikov, um jovem do interior da Rússia czarista, que vem à capital para seguir estudos universitários em Direito. No início do romance, Raskolnikov se encontra em situação crítica: levando uma vida boêmia, largara a universidade e também as aulas particulares que ajudavam em seu sustento, e devia vários meses de aluguel pela espelunca em que morava. Sua mãe viúva e sua irmã, morando ainda na cidade natal, depositavam na formação de Raskolnikov as esperanças de um futuro melhor para a família, e por isso sacrificavam-se para fazer-lhe remessas periódicas do pouco dinheiro que conseguiam poupar – aquela, com os poucos recursos

de sua pensão, e esta, mediante um emprego de governanta em que, embora bem remunerada, era assediada por um patrão mulhengo. Mas tampouco esta fonte de recursos fazia frente aos gastos do jovem Raskolnikov, e ele vinha empenhando algumas de suas relíquias de família junto a uma penhorista velha e rabugenta, que ganhava a vida emprestando dinheiro a pessoas vulneráveis com juros abusivos (de cinco a sete por cento ao mês!) e mediante a antecipação de garantias (recebidas por um quarto de seu valor), que eram sempre executadas sem misericórdia.

A notícia de que sua irmã estava prestar a unir-se em matrimônio com um sujeito mau-caráter (movida, portanto, por motivos econômicos, sacrificando sua felicidade pelo bem do irmão) serve de estopim para que Raskolnikov decida pôr em marcha uma ideia que vinha matutando havia já umas semanas: a de assassinar a velha penhorista (cuja existência, afinal, não trazia nenhum benefício a pessoa alguma) e usar o dinheiro dela roubado para resolver a situação: *Matá-la, pegar seu dinheiro e, por meio dele, dedicar-se ao serviço da humanidade e ao bem de todos. Uma morte, e em troca dela cem vidas – é matemática pura!*

Raskolnikov adota uma certa convicção filosófica sobre a natureza e a origem da moral – em suma, a de que a ordem moral estabelecida, o conjunto de leis morais tradicionalmente inculcados pela sociedade, não passa de um artifício estruturado para controlar a massa de pessoas fracas. A proibição ao homicídio, por exemplo, não passaria de um mecanismo de pacificação e sobrevivência da sociedade – e por isso este crime não seria, no fundo, verdadeiramente *mau*, e não haveria nenhum motivo real para sentir remorsos ou pesos de consciência por praticá-lo. Segundo Raskolnikov, a verdadeira “lei da natureza” consistiria em que alguns indivíduos nascem extraordinários – “para além do bem e do mal”, como diria Nietzsche –, e criam para si mesmos o seu certo e seu errado.

A questão, no entanto, é que, apesar de sua convicta recusa da ordem moral, Raskolnikov passa a experimentar, desde que começa a flertar com o crime e de forma especial após seu cometimento, abalos e langores psíquicos cada vez maiores – que o levam até à beira da loucura, e só são resolvidos quando ele entra num caminho de conversão, instigado pelo amor sincero e

misericordioso que recebe de uma personagem inesperada – mas não queremos entregar aqui toda a trama.

Uma lição que podemos tirar do romance, como católicos, é a de que existe realmente uma ordem moral que se impõe ao homem independentemente da opinião que dela venhamos a ter, porque está inscrita na própria natureza humana. Os mandamentos da Igreja – sintetizados naquele *Não Matarás* que Raskolnikov quebra – não são restrições arbitrárias à nossa liberdade, fruto do capricho de um Papa ou de teólogos medievais dado a invencionices: antes, são descrições precisas das condições intrínsecas ao funcionamento saudável desta coisa chamada “ser humano”. Quando o fabricante do carro nos diz para não mudarmos o câmbio sem pisar simultaneamente na embreagem, ele não está buscando nos

oprimir, mas sim descrevendo uma “lei” inscrita nas engrenagens do carro, cujo respeito nos permite levar ao máximo a capacidade locomotiva do veículo. Como explica o Catecismo, quem se desvia dos Mandamentos “atenta contra a sua própria liberdade [e] agrilhoa-se a si mesmo”², e atrai para si sofrimentos

que “não devem ser considerados como uma espécie de vingança, infligida por Deus desde o exterior, mas como algo decorrente da própria natureza do pecado”³.

Numa palavra, o castigo do criminoso não é algo totalmente extrínseco a seu crime. *Crime e Castigo* são dois lados da mesma moeda: a maior punição que alguém sofre por matar uma pessoa é tornar-se um assassino.

Lembre-mos disso, então, da próxima vez em que sentirmos aquela tentação de enxergar a moral cristã como um fardo pesado, que nos priva dos prazeres da vida e nos retira a liberdade, e exultemos com o profeta: “Ó cristãos, felizes somos nós, porque nos é dado conhecer o que agrada a Deus” (cf. Br 4, 4); felizes somos nós porque nos foi dada a lei que nos dá o brilho dos olhos e a paz, que *conforta nossa alma e dá alegria ao coração* (cf. Sl 18B, 8-9)!

Gil Pierre de Toledo Herck

Referências:

¹*The Ratzinger Report – An Exclusive Interview on the State of the Church*, Ignatius Press, San Francisco, 1985, p. 129-130.

²*Catecismo da Igreja Católica*, n. 1740.

³*Idem*, n. 1472.



Expediente Paroquial

SECRETARIA

Em dias úteis, das 8h às 19h.

Aos sábados, das 9h às 16h.

nsbrasil@nossasenhorado brasil.com.br

(11) 3082 9786

CONFISSÕES

Terças-feiras: 8h30 às 12h

Quartas-feiras: 14h às 18h

Quintas-feiras: 15h às 19h

Sextas-feiras: 8h30 às 12h

Domingos: 8h às 9h30, 10h às 13h30, 17h às 20h

MISSAS

Segunda-feira: 8h e 17h30

Terça a Sexta: 8h, 12h e 17h30

Sábado: 8h, 12h e 16h

Domingos: 8h, 10h, 11h15, 12h30,
16h, 17h, 18h30 e 20h

Para missas individuais, de sétimo dia ou outras intenções, verificar horários na secretaria paroquial.

BATISMO

Inscrições e informações sobre datas e lista de documentos necessários no site
<https://bit.ly/batismonsb>

CURSO DE NOIVOS

Inscrições, informações e datas do curso no site:
<https://bit.ly/noivosnsb>



Grupo Sementes do Espírito

PRESENCIAIS

Grupo de oração
Segundas-feiras às 19h30
no salão paroquial

Adoração ao Santíssimo silenciosa
Quintas-feiras das 8h30 às 17h30 na Igreja

Para atividades ONLINE acesse:
[instagram.com/sementesdoespirito/](https://www.instagram.com/sementesdoespirito/)



PATER AMET ADORADORES 4,23

Noites de louvor e adoração
Quintas-feiras às 20h



Terço das Mulheres
Quartas-feiras, às 19h15



DIVINO CORAÇÃO

Grupo de jovens N. Sra. do Brasil

Domingo, às 11h15 para
jovens entre **26 e 35 anos**

Domingo, às 18h15 para
jovens entre **15 e 25 anos**



Grupo de Oração Espírito Santo

Quintas-feiras, às 14h30

Plantão de Oração

Terças-feiras, às 15h.

Obs.: é necessário marcar previamente contatando uma pessoa responsável nos grupos de oração.



Pastoral da Música – Coral

Ensaios: quartas-feiras, 19h30 às 21h30. Para quem vem pela primeira vez, chegar às 19h. Domingos, chegada às 17h para cantar às 18h30.



Terço dos Homens
Terças-feiras, às 20h



Famílias de São José
PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO BRASIL

ENCONTRO ABERTO

Domingo 23/06,
das 9h30 às 11h

Domingo 18/08,
das 9h30 às 11h



Vicentinos

Terças-feiras, às 19h

Oração da Mil Ave-Marias

Todo primeiro
sábado do mês,
das 13h às 17h30

Encontro de Viúvos(as) e pessoas sós

Sábado, 29/6
Sábado, 27/7
Sábado, 24/8
sempre das 10h às 12h



Missa de N. Sra. de Schoenstatt

Quinta, 20/6, às 12h
Quinta, 15/8, às 12h



Missa em honra de São Josemaria Escriva

Quarta-feira, 26/6, às 12h



Missa em honra de Santa Filomena

Todo dia 10 de
cada mês, às 8h.



Missa em honra do Sagrado Coração de Jesus

Toda 1ª sexta do mês, às 8h



Oração a Santo Egídio

Quintas-feiras, às 19h15

Domingo, 30/06/2024

Festa Junina

na Praça Nossa Senhora do Brasil



Comidas típicas



Música ao vivo



Brincadeiras para as crianças



Toda renda será revertida para as
Obras de Misericórdia do Cor Unum





Seja Dizimista!

Para tornar-se um dizimista é muito simples.

Acesse para fazer a sua oferta:

www.nossasenhoraodobrasil.com.br/dizimo





www.nossasenhoradobrasil.com.br

Informativo Nossa Senhora do Brasil

Ano 11 - Edição 71 - Junho / Julho - 2024

Editor: Alecsandro A. de Souza

Distribuição: Gratuita

Tiragem: 1000 exemplares

**Você quer saber mais sobre
algum ensinamento da Igreja?**

Envie suas dúvidas para
informativo@nossasenhoradobrasil.com.br